

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2028

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000088/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/02/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR008345/2026
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.200784/2026-51
DATA DO PROTOCOLO: 13/02/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DE BRASILIA DF, CNPJ n. 32.901.829/0001-51, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). NAZON SIMOES VILAR;

E

SIND DOS TRABALHADORES NAS EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL, INTERNACIONAL, TRANSP TURISMO, TRANSP ESCOLAR E FRETAMENTO DO DF, CNPJ n. 04.419.328/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ERNALDO GOMES DE OLIVEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2026 a 31 de janeiro de 2028 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **(PATRONAL): EMPRESAS DE TRANSPORTES ESCOLARES (EMPREGADORES AUTÔNOMOS, MICRO EMPRESÁRIO E PEQUENO EMPRESÁRIO (LABORAL): TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL, TRANSPORTE TURISMO, TRANSPORTE ESCOLAR E FRETAMENTO**, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS**

O sindicato Empresarial e o Sindicato Laboral convencionam os salários abaixo, que passam a valer a partir de 1º de Fevereiro de 2026, conforme tabela a seguir. E para os demais não abrangidos pela tabela receberão um reajuste de 6,79% (seis ponto setenta e nove por cento) nos seus respectivos salários, com validade de 1 de Fevereiro de 2026 a 31 de Janeiro de 2027.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Fica Convencionado que os trabalhadores receberão um piso salarial de acordo com as funções mínima a seguir relacionadas, a partir de 01/02/2026;

FUNÇÕES	SALÁRIO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 1.995,91
MOTORISTA DE ÔNIBUS ESCOLAR	R\$ 2.772,00
MOTORISTA DE VAN – SERVIÇO PÚBLICO	R\$ 2.772,00
MONITOR	R\$1.621,00

PARAGRAFO SEGUNDO: A carga horária semanal, para os cargos e salários apresentados acima, é horas semanais.

Privacidade - Termos

PARAGRAFO TERCEIRO: As demais funções, porventura existentes em cada Empresa, deverá ser negociada junto a sindicato da Categoria funcional, quando da negociação na respectiva Data Base e deverá ser consignada por função no referido Acordo Coletivo de Trabalho junto ao SINETRIN.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

O pagamento dos salários deverá ser efetuados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, sendo fornecido ao funcionário contracheque demonstrando claramente todos os valores recebidos ou descontados.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os pagamentos serão efetuados na conta salário do funcionário ou outra forma de comum acordo.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA QUINTA - HORAS EXTRAS

As horas extras efetivamente realizadas pelos funcionários da empresa acordante, após 44 horas semanais, serão remuneradas pelo percentual adicional de 50% (cinquenta por cento).

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO

Para as jornadas de trabalho efetivamente realizadas pelos funcionários e empresas abrangidas por esta Convenção, no período compreendido entre 22 h (vinte e duas horas) às 05h (cinco horas), a hora neste período trabalhada será remunerada com um adicional de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal.

SALÁRIO FAMÍLIA

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO FAMÍLIA

A Empresa pagará as cotas de salário-família na conformidade do disposto na legislação.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - DIÁRIAS/ ALIMENTAÇÃO

A Empresa fica obrigada no caso de prestação de serviço fora da base territorial, que exceda 10 dias corridos, desde que não esteja sendo pago o adicional de transferência, será pago ao trabalhador o correspondente a 10% (dez por cento) do salário nominal, independente do fornecimento de transporte, hospedagem e alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultado as Empresas a utilização de diaristas para tarefas eventuais ou picos eventuais, não caracterizando vínculo empregatícios, desde que observadas a legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para os casos de utilização de diaristas do quadro, diária não será cumulativa às horas extras, o funcionário poderá ser remunerado através do pagamento de horas extras ou por diária.

PARAGRAFO TERCEIRO – A Empresa fica obrigada a fornecer gratuitamente para seus funcionários que fizerem jus, um Auxílio Alimentação por dia efetivamente trabalhado, no valor de R\$ 46,23 (Quarenta e seis reais e vinte e três centavos). O fornecimento de tal benefício é feito com base no Plano de Alimentação ao trabalhador, consoante artigo 3º da Lei 6.321/76 e o artigo 6º do decreto 78.676/76, não sendo de natureza salarial e, portanto, não integram o salário para nenhum efeito. O benefício de que se trata o caput desta cláusula ficará suspenso durante o período de gozo de férias do funcionário, nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço, por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. Não será admitido o fornecimento de refeição pela Empresa, em substituição a este benefício. O valor do Auxílio Alimentação poderá ser pago em espécie juntamente com o Ordenado Mensal, ou mediante disponibilização de Cartão Alimentação, com crédito mensal, que poderá ser utilizado na rede de supermercados credenciados.

PARAGRAFO QUARTO – A Empresa fica obrigada a fornecer gratuitamente para todos seus funcionários, uma Cesta mensal no valor de R\$ 213,58 (Duzentos e treze reais e cinquenta e oito centavos) por 30 (trinta) dias corridos trabalhados. O fornecimento de tal benefício é feito com base no Plano de Alimentação ao trabalhador, consoante artigo 3º da Lei 6.321/76 e o artigo 6º do decreto 78.676/76, não sendo de natureza salarial e, portanto, não integram o salário para nenhum efeito. O benefício de que se trata o caput desta cláusula ficará suspenso durante o período de gozo de férias do funcionário, nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o valor proporcional da cesta, correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. O valor da cesta, poderá ser pago em espécie juntamente com o Ordenado Mensal, em produtos, cujo valor, comprovadamente, seja equivalente ou maior do valor aqui estabelecido ou mediante disponibilização de Cartão Alimentação, com crédito mensal, que poderá ser utilizado na rede de supermercados credenciados.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA NONA - VALE TRANSPORTE

As Empresas abrangidas por esta Convenção se comprometem a fornecer o VALE TRANSPORTE instituído pela Lei 7.619/85, alterada pela lei 7.619/87, regulamentada pelo Decreto 95.247, de 17.11.87, ou transporte próprio oferecido pela Empresa ou por convênios criados, a todos os seus funcionários independentemente do valor dos respectivos salários-base.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRATO DE TRABALHO

As Empresas abrangidas por esta Convenção se comprometem a fornecer o VALE TRANSPORTE instituído pela Lei 7.619/85, alterada pela lei 7.619/87, regulamentada pelo Decreto 95.247, de 17.11.87, ou transporte próprio oferecido pela Empresa ou por convênios criados, a todos os seus funcionários independentemente do valor dos respectivos salários-base.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROMOÇÃO

Toda mudança de cargo ou função, definida como promoção, será acompanhada do efetivo aumento salarial devido já no mês que ocorreu a mudança, com imediata anotação na CTPS do promovido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL

Nos termos do contido do artigo 507-B da lei nº13.467/2017 (Nova CLT), convencionam as partes que, na vigência ou não do contrato de emprego, firmarão anualmente o termo de quitação de obrigações

trabalhistas, termo estes que será firmado perante o sindicato dos empregados da categoria, subscritor do presente Acordo Coletivo de Trabalho, mediante a apresentação por parte da empresa dos comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e fiscais dos respectivos empregados, relativos ao período objeto da quitação, e o termo de quitação, sem ressalva específica, implica em eficácia liberatória geral em relação as parcelas nele especificadas.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

As rescisões de contrato de trabalho poderão ser homologadas pelo Sindicato, não sendo obrigatório, quando o período de duração do contrato de trabalho for superior a 12 (doze) meses. Rescindido o contrato de trabalho do empregado, salvo por justa causa, o empregador deverá apresentar, no ato da homologação junto ao SINETRIN-DF, os seguintes documentos:

- a) Livro ou Ficha de Registro de Empregado;
- b) CTPS do empregado dada baixa e atualizada;
- c) Termo de Rescisão Contratual em 5 (cinco) vias;
- d) Guias do Seguro desemprego;
- e) Extrato do FGTS;
- f) Exame demissional (responsabilidade pelo pagamento da Empresa);
- g) Conectividade Social;
- h) Comprovante de pagamento da multa rescisória;
- i) Pagamento em espécie, ser em cheque da praça ou depósito em conta com comprovante;
- j) Para os casos de falecimento, a documentação exigida pela Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO DA RESCISÃO

O pagamento das parcelas referente as verbas rescisórias, será efetuado conforme a lei 13.467 de novembro de 2017 (nova CLT).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de a homologação não ser realizada dentro dos prazos fixados nesta cláusula, sem culpa da empresa, esta terá direito à declaração de comparecimento pelo SINETRIN-DF

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO – COMUNICAÇÃO

Nos casos de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, o empregador deverá comunicar ao empregado, por escrito, a forma do cumprimento do aviso.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Para os trabalhadores que já prestaram serviços para a empresa acordante e que forem demitidos e readmitidos antes de completados 60 (sessenta) dias entre um fato e outro, não será necessário à exigência de contrato de experiência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Ficam facultadas as contratações de empregados por prazo determinado, desde que obedecidos os termos da Lei 9601/98 e Decreto 2490/98.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SERVIÇO MILITAR

O empregado em idade de prestação de serviço militar terá direito ao emprego, desde a convocação até 60 (sessenta) dias após o término do período, salvo na hipótese de falta grave, e desde que se apresente ao empregador até 72 (setenta e duas) horas após o seu desligamento.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIA AO ACIDENTADO

O funcionário que sofrer acidente do trabalho, quando do retorno ao serviço, terá garantia da manutenção do seu contrato de trabalho na empresa por 12 (doze) meses, de acordo com o Art. 118 da Lei nº. 8.213.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DESCONTOS

As multas impostas pelos poderes concedentes ou fiscalizatórios ocasionadas pelo motorista, serão descontadas do seu vencimento mensal, podendo o Empregado optar por recorrer. As avarias ou a franquia decorrente do acionamento de seguros, para ressarcimento causadas pelos funcionários nos veículos da Empresa e de terceiros serão descontadas do pagamento em parcelas, respeitando o limite de até 30% da remuneração bruta, de acordo com a Lei. Quando o funcionário optar para que a Empresa adentre na Justiça, o mesmo, em caso de perder o litígio, deverá arcar com os prejuízos, ressarcir o terceiro, bem como eventuais despesas que a Empresa realizou no processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Em se tratando de infração de trânsito, avanço de semáforo, falta de cinto de segurança, embriaguez, direção perigosa, trafegar em local proibido, falar ao celular e excesso de velocidade, dentre outras causadas pelo Motorista ou pelos passageiros por ele transportado, será descontado do salário do motorista e a Empresa acordante fornecerá cópia das referidas infrações para que o motorista possa impetrar recurso junto ao órgão emissor, caso deseje. Se julgado improcedente o funcionário motorista será ressarcido pela Empresa do referido desconto

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS – INSS

A empresa deverá preencher para o seu funcionário e ex-funcionário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando por estes solicitados, os formulários previstos em lei e/ou necessários ao órgão previdenciário, sob pena de pagamento em favor do funcionário da multa de 1/30 (um trinta avos) sobre o salário mensal na função por ele recebido por dia de atraso.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO

Fica estabelecida a jornada de trabalho de, no máximo, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, perfazendo um total de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Considera-se como início da jornada de trabalho, o horário determinado pela empresa para que o funcionário se apresente no local de trabalho e qualquer fração de hora trabalhada, será computada como tempo efetivo de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Controle da Jornada de Trabalho dos Motoristas e Monitores de Transporte Coletivo de Escolar - O controle da jornada de trabalho será sempre através da folha de ponto física ou digital, que ficará em poder do Empregado para as devidas anotações diárias, com visto do empregador, através do Encarregado da área, ao final do mês.

PARAGRAFO TERCEIRO – Da jornada de trabalho dos empregados, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com intervalos para refeição e repouso de até 6 (seis) horas, podendo o referido intervalo ser fracionado em razão das peculiaridades da função e da natureza da atividade.

PARAGRAFO QUARTO - BANCO DE HORAS - De acordo com o artigo 59 da CLT, com redação que lhe deu a Lei nº 9.601/98 e seu respectivo regulamento (Decreto nº 2.490/98), assim como as demais atualizações pertinentes, a empresa signatária fica autorizada, durante a vigência do presente acordo coletivo, a prorrogar a jornada diária de seus empregados, compensando-se o excesso de jornada, com diminuição em outro dia ou folga compensatória (banco de horas) em períodos subsequentes ou optar pelo pagamento.

PARAGRAFO QUINTO - Em caso de rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o empregado terá direito ao pagamento das horas extras calculadas sobre o valor do salário da data da rescisão e com os acréscimos previstos em lei.

PARAGRAFO SEXTO - A empresa acordante deverá fornecer, mensalmente, extrato individual aos empregados que tiverem saldo no "bancos de horas".

PARAGRAFO SÉTIMO - A empresa acordante compromete-se a informar com antecedência mínima de 03 (três) dias cada período de gozo de folgas que compensarão total ou parcialmente as horas trabalhadas inseridas no "banco de horas".

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FALTAS, HORAS E LICENÇAS ABONADAS

Se necessário, a empresa concederá ao motorista licença não remunerada para troca da carteira de habilitação, pelo número de dias que se fizerem necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O motorista que tiver sua CNH apreendida, no exercício de sua função, por infração da parte do Empregador, terá garantia de sua remuneração paga pela empresa, até a liberação da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É assegurado licença remunerada de 02 (Dois) dias para o funcionário, no caso de falecimento do cônjuge, do(s) filho (s), dos pais, irmão(s), contados da data do falecimento.

PARAGRAFO TERCEIRO - Licença em razão do nascimento de filho (a) - O empregado poderá ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, por 05 (cinco) dias corridos a contar da data do nascimento.

PARAGRAFO QUARTO – No caso de falta, justificada ou não, o Empregado deverá avisar ao seu superior imediato com antecedência mínima de 24 horas, para que este tenha tempo hábil de substituir o Empregado e assim garantir a prestação dos serviços, sem causar maiores prejuízos a Empresa. A não observância deste fato facultará ao Empregador a aplicação de advertências e demais sanções em caso de reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DIÁRIAS - A Empresa fica obrigada no caso de prestação de serviço fora da base territorial, que exceda 10 dias corridos, desde que não esteja sendo pago o adicional de transferência, será pago ao trabalhador o correspondente a 10% (dez por cento) do salário nominal, independente do fornecimento de transporte, hospedagem e alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultado as Empresas a utilização de diaristas para tarefas eventuais ou picos eventuais, não caracterizando vínculo empregatícios, desde que observadas a legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para os casos de utilização de diaristas do quadro, diária não será cumulativa às horas extras, o funcionário poderá ser remunerado através do pagamento de horas extras ou por diária.

PARAGRAFO TERCEIRO – A Empresa fica obrigada a fornecer gratuitamente para seus funcionários que fizerem jus, um Auxílio Alimentação por dia efetivamente trabalhado, no valor de R\$ 46,23 (Quarenta e seis reais e vinte e três centavos). O fornecimento de tal benefício é feito com base no Plano de Alimentação ao trabalhador, consoante artigo 3º da Lei 6.321/76 e o artigo 6º do decreto 78.676/76, não sendo de natureza salarial e, portanto, não integram o salário para nenhum efeito. O benefício de que se trata o caput desta cláusula ficará suspenso durante o período de gozo de férias do funcionário, nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço, por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. Não será admitido o fornecimento de refeição pela Empresa, em substituição a este benefício. O valor do Auxílio Alimentação poderá ser pago em espécie juntamente com o Ordenado Mensal, ou mediante disponibilização de Cartão Alimentação, com crédito mensal, que poderá ser utilizado na rede de supermercados credenciados.

PARAGRAFO QUARTO – A Empresa fica obrigada a fornecer gratuitamente para todos seus funcionários, uma Cesta mensal no valor de R\$ 213,58 (Duzentos e treze reais e cinquenta e oito centavos) por 30 (trinta) dias corridos trabalhados. O fornecimento de tal benefício é feito com base no Plano de Alimentação ao trabalhador, consoante artigo 3º da Lei 6.321/76 e o artigo 6º do decreto 78.676/76, não sendo de natureza salarial e, portanto, não integram o salário para nenhum efeito. O benefício de que se trata o caput desta cláusula ficará suspenso durante o período de gozo de férias do funcionário, nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o valor proporcional da cesta, correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte. O valor da cesta, poderá ser pago em espécie juntamente com o Ordenado Mensal, em produtos, cujo valor, comprovadamente, seja equivalente ou maior do valor aqui estabelecido ou mediante disponibilização de Cartão Alimentação, com crédito mensal, que poderá ser utilizado na rede de supermercados credenciados.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONVOCAÇÕES POR PARTE DA EMPRESA

Quando houver convocação dos funcionários para participarem de reuniões, curso e reciclagem, o referido horário será considerado como jornada normal de trabalho e caso exceda à jornada será remunerada como hora extra ou compensada nos termos da clausula vigésima segunda parágrafo quinto.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Empresa que enviar seus empregados, sob seu patrocínio, para participar de cursos de aperfeiçoamento profissional, não poderá, em hipótese nenhuma, descontar a remuneração do dia, descontar os dias de afastamento do período de férias e tão pouco deixar de pagar a Cesta e Auxilio Refeição inerentes aos dias em curso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SERVIÇO INTERESTADUAL

Os empregados que tiverem de prestar serviço fora do Distrito Federal serão ressarcidos pela respectiva empresa, das despesas necessárias ao cumprimento de suas tarefas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

Fica estabelecido que, de acordo com as características do serviço prestado pela empresa e as sazonalidades das demandas do transporte, a respectiva empresa fica autorizada a contratar, de acordo com suas conveniências e necessidades, funcionários para trabalharem sob o regime de tempo parcial e ainda sob o regime de contrato de trabalho intermitente, nos termos do contido na nova redação introduzida pela lei nº13.467/2017 (Nova CLT).

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS E DE SEU PAGAMENTO E DA POSSIBILIDADE DO SEU FRACIONAMENTO

O início do gozo das férias dos empregados das empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, não poderá coincidir com os dias de domingos e feriados, podendo as férias, nos termos do §1º da CLT, e ficando a empresa autorizada a aplicar de acordo com suas necessidades a concessão do fracionamento, a seu critério, podendo as férias ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a dez dias corridos, cada um.

PARAGRAFO ÚNICO: DO PAGAMENTO E DO AVISO - O pagamento das verbas relativas às férias - proporcional ao tempo de gozo, se integral ou fracionado - será efetivado pela empresa acordante ao funcionário, com uma antecedência mínima de 02 (dois) dias do início do período de gozo e a comunicação ao funcionário da concessão será procedida por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

A Empresa acordante fornecerá gratuitamente para seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual em quantidade suficiente de acordo com a sua função e com os manuais de segurança e medicina do trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Empresa fornecerá a todos seus funcionários Plano de Saúde Médico e odontológico, com rede local de atendimento conveniada, contendo clínicas, hospitais e laboratórios, gratuitamente, sendo permitido o desconto da Coparticipação somente mediante a utilização

INSALUBRIDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - LAUDOS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Reconhecimento dos laudos emitidos por técnicos e médicos registrados no Ministério do Trabalho.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADO MÉDICO

Serão aceitos todos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelos funcionários, fornecidos por profissionais das respectivas áreas, conveniados ou não com a Previdência Social ou com o Sindicato Profissional, neste deverão constar o CID, nome do médico e número de inscrição no órgão de classe. Todos os atestados médicos deverão ser homologados por médico do trabalho na clínica conveniada do empregador, sem custos para o Empregado. O funcionário terá o prazo máximo de 48 horas contados da expedição do atestado para realizar a homologação e providenciar a entrega à Empresa e não havendo a homologação em até 48 horas, será desconsiderado o atestado médico, e lançada a falta. A apresentação de atestado médico falso, será considerado falta grave e haverá a demissão por justa causa e o responsável pela emissão denunciado junto aos órgãos competentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O funcionário, deverá avisar imediatamente quando da ocorrência necessidade/emergência médica ao seu encarregado imediato, a fim de que este possa ter tempo mínimo hábil para designar outrem para realização da linha, a fim de que não haja descontinuidade na prestação de serviço classificado como essencial.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LEI SECA

Tendo em vista as alterações ocorridas no Código de Transito Brasileiro, particularmente com a inclusão da chamada "**LEI SECA**", e visando garantir maior segurança ao trânsito, as partes acordam que a empresa poderá disponibilizar aparelhos de medição de alcoolemia do tipo bafômetro ou etilômetro ou afim, bem como poderá incluir em suas rotinas a submissão do motorista e demais funcionários ao exame antes e/ou durante o horário de trabalho, a partir da utilização de tais instrumentos, e que o exame ocorrerá de forma discreta e reservada, devendo o conhecimento e a divulgação do resultado ficar restrito ao funcionário e a direção da empresa, além da autoridade policial e judiciária, quando for o caso. Fica ainda acordado que a recusa sem justo motivo da submissão à rotina de medição de alcoolemia, importará em infração disciplinar passível de sanções nos termos da Lei trabalhista, penal e civil.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DIRIGENTE SINDICAL

Garantias Sindicais – Liberação remunerada de diretor – As empresas abrangidas por esta Convenção procederão à liberação de um DIRETOR do Sindicato Profissional em tempo integral, mediante remuneração salarial, sendo esta idêntica à que teria direito se na ativa estivesse.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica concedido aos dirigentes sindicais, efetivos ou suplentes, sem liberação integral a licença remunerada de até 10 (dez) dias por mês, para o exercício da atividade sindical, sem prejuízo do seu tempo de serviço, do período de férias, do pagamento do 13º salário e do repouso remunerado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pedido da licença prevista no "caput" anterior será feito mediante requisição do representante legal do Sindicato profissional dirigida às empresas;

PARAGRAFO TERCEIRO - Asseguram-se o direito de visita dos dirigentes sindicais, ao local de trabalho dos funcionários, integrantes da categoria profissional para o exercício de suas funções.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica assegurado ao dirigente sindical, independente do cargo para o qual foi eleito, assim como ao delegado sindical, a estabilidade prevista no art. 8º, VII da CF, c/c o art. 543 da CLT, e o livre acesso às dependências da empresa em que prestar serviços.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TAXA DE SÓCIO CONTRIBUINTE

De acordo com a assembleia realizada no dia 28 de janeiro de dois mil e vinte e seis, que aprovou o desconto de R\$ 15,00 (quinze) reais por funcionário para o SINETRIN-DF, como taxa de sócio contribuinte ao sindicato, súmula 935 (STF) ficam as empresas obrigadas a fazer o referido desconto e repassar a entidade sindical até o dia 10 de cada mês, a começar em fevereiro de 2026 e finalizar em janeiro de 2027, o referido desconto já mencionado só poderá ser suspenso através do SINETRIN-DF e suas formalidades. De acordo com a jurisprudência do supremo tribunal federal (STF).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - o trabalhador tem até 10 dias após assinatura deste instrumento coletivo de trabalho e queira se opor ao desconto, que o faça, na sede do SINDICATO por meio de formulário próprio com identificação do estabelecimento e cópia do último demonstrativo de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O montante apurado pela empresa será por ela depositado na conta bancária do Sindicato Profissional até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação laboral, ou através de recibo próprio do Sindicato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa fica obrigada a enviar à entidade profissional, até 05 (cinco) dias após os sobreditos descontos, relação nominal e valor descontado dos empregados que sofreram estes descontos, sob pena de pagamento de multa no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do montante.

PARÁGRAFO QUARTO – O desconto de que trata o caput desta cláusula será efetuado também nas férias dos empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - REPASSE CONTRIBUIÇÃO SÓCIO CONTRIBUINTE

As empresas deverão, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do efetivo desconto, independentemente do número de sindicalizados, repassar ao Sindicato da categoria profissional as importâncias retidas a título de contribuições mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será fornecido mensalmente, por cada empresa, relação contendo os nomes completos dos empregados associados, o valor descontado, número das matrículas recebidas nas empresas e no Sindicato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas que não realizarem devido desconto e consequente repasse da contribuição ficará inadimplente e será considerado descumprimento de cláusula.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DESFILIAÇÃO

Fica convencionado entre o Sindicato Patronal e o Sindicato Profissional, que a desfiliação de funcionário sindicalizado só poderá ser aceita mediante ofício emitido pela entidade e suas formalidades.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Fica acordado entre as partes a contribuição patronal no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por funcionário a ser repassado ao SINTRESC em uma única parcela, até o final do mês de março.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – TAXA DE ASSOCIADO

Deverá recolhido, mensalmente, ao SINTRESC/DF o valor de um salário-mínimo vigente mensal por grupo empresarial, a título de taxa de associado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas que não realizarem devido repasse da taxa de associado, ficará inadimplente e será considerado descumprimento de cláusula.

DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - GARANTIAS GERAIS

O Sindicato profissional poderá ajuizar ação de cumprimento em favor de todos os trabalhadores por ele representado, em caso de violação de quaisquer das cláusulas deste C.C.T.: independentemente de outorga de instrumento de mandato por parte dos trabalhadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empresa que escala os seus funcionários abrangidos pelo presente instrumento, também para cumprir escala na qual ele não foi contratado, será considerado desvio de função praticado por ela.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Durante a vigência do presente CCT, poderão ser realizadas, mediante solicitação do Sindicato Profissional, revisão do instrumento em vigor, com objetivo de promover ajustes ou adequações em virtude de qualquer alteração na economia que venha comprometer o poder aquisitivo do funcionário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa, por inadimplência no cumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, poderá ser notificada pelo Sindicato Profissional para que em 48 (quarenta e oito) horas, seja solucionada a questão reclamada.

PARÁGRAFO QUARTO - Feita a notificação e persistindo a irregularidade, poderá o Sindicato Profissional tomar providências para solucionar a irregularidade, podendo pleitear, ainda, pela via judicial, o ressarcimento das despesas e das custas, ficará por conta da empresa.

PARÁGRAFO QUINTO - Além do ressarcimento previsto no subitem anterior, ficará a empresa inadimplente, caso não atenda a notificação, obrigada ao pagamento de uma multa administrativa equivalente a 10% (Dez por cento) da sua respectiva folha a ser pago ao Sindicato Profissional que será aplicado em obras sociais em favor da categoria.

PARÁGRAFO SEXTO - O pagamento da multa administrativa prevista no subitem anterior não exime a empresa inadimplente do cumprimento das obrigações convencionadas, ficando, ainda, sujeita às penalidades impostas na legislação vigente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Fica estabelecida, também, multa de 10% (Dez por cento) da sua respectiva folha, vigente na data do pagamento, no caso do descumprimento de qualquer cláusula do CCT, pago ao sindicato que será revertido em obras sociais para os trabalhadores da empresa em questão.

PARÁGRAFO OITAVO - Fica garantida a ultratividade desta Convenção Coletiva de Trabalho até que outra venha a ser negociada, ou feito algum aditamento na vigência da mesma.

PARÁGRAFO NONO - Fica obrigado as Empresas a elaboração de Acordo coletivo junto ao Sindicato Laboral no prazo de 30 dias a partir da assinatura desta CCT para que ampare os trabalhadores não beneficiado por esta convenção, desde que observados os limites mínimos delineados nesta Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se for necessária cobrança via judicial das multas previstas nos subitens acima mencionados, elas terão os seus respectivos valores cobrados em dobro. Por estarem certos e ajustados, o SINETRIN-DF e o SINTRESC-DF firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Brasília - DF, 11 de Fevereiro de 2026.

}

Documento assinado digitalmente
gov.br NAZON SIMOES VILAR
Data: 18/02/2026 13:27:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NAZON SIMOES VILAR

PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DE BRASILIA DF



ERNALDO GOMES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

**SIND DOS TRABALHADORES NAS EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL, INTERNACIONAL,
TRANSP TURISMO, TRANSP ESCOLAR E FRETAMENTO DO DF**

ANEXOS

ANEXO I - ATA DE NEGOCIAÇÃO PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

